



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 013/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 2556/2007 (4 Vols.).

Apenso: Processo nº 6019/2010.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Nhamundá.

4- Exercício: 2006.

5- Responsável: Sr. Mário José Chagas Paulain, Prefeito Municipal, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 397/2013 (fls. 712/713).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5927/2013- DMP-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fl. 715).

8- Relator: Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Exercício de 2006. Prefeitura Municipal de Nhamundá.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Aprovação das Contas Anuais, com ressalvas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, à unanimidade, os termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, em divergência com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando a **APROVAÇÃO DAS CONTAS, COM RESSALVAS**, da Prefeitura Municipal de Nhamundá, exercício de 2006, de responsabilidade Sr. Mário José Chagas Paulain, Prefeito Municipal, à época, conforme o disposto no art. 223, da Resolução nº 04/2002 c/c o artigo 3º, inciso II, da Resolução n. 9/1997 – TCE/AM;

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 1-PP_da Resolução nº 30/2012-TCE/AM - SPEDE



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 013/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 2556/2007 (4 Vols.) – fl.02.

10-Ata: 39ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 02 de outubro de 2013.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Lúcio Alberto de Lima Albuquerque (Presidente, em sessão), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1-Declaração de Impedimento: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho (art. 65 do Regimento Interno).

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE
Conselheiro-Presidente, em sessão

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro Convocado e Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 1-PP_da Resolução nº 30/2012-TCE/AM - SPEDE



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 013/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 013/2013)

1-Processo TCE nº 2556/2007 (4 Vols.).

Apenso: Processo nº 6019/2010.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Nhamundá.

4- Exercício: 2006.

5- Responsável: Sr. Mário José Chagas Paulain, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 397/2013 (fls. 712/713).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5927/2013- DMP-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fl. 715).

8- Relator: Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho

EMENTA: Prestação de Contas. Exercício de 2006. Prefeitura Municipal de Nhamundá.

Contas Regulares com Ressalvas. Multas. Prazo. Autorizar a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento do valor das condenações. Determinações ao responsável, à Câmara Municipal de Nhamundá e à próxima comissão de inspeção. Comunicação ao INSS e ao TCU.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à unanimidade, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, em divergência com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar Regular, com ressalvas, a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Nhamundá, que tem como responsável o Senhor Mário José Chagas Paulain, nos termos dos arts. 22, II e 24, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/02-TCE/AM;

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM - SPEDE



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 013/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 013/2013)

Processo TCE nº 2556/2007 (4 Vols.) – fl.02.

9.2- Aplicar multa ao responsável acima citado, na forma como segue:

9.2.1- No valor de **R\$ 2.192,06 (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos)**, com fulcro no art. 308, I, “b”, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, **pela ausência da apresentação de um documento solicitado pela Comissão de Inspeção**, no ato da Inspeção *in loco*, que seria capaz de elucidar as seguintes divergências:

9.2.1.1- Entre os valores lançados no ACP e os registros no Balanço Geral referente aos lançamentos das Despesas por Função e Despesas por Unidade Orçamentária; e

9.2.1.2- Entre os valores lançados no ACP e os registros no Balanço Geral referente ao Saldo de Caixa para o exercício seguinte e o Saldo da Conta vinculada para o exercício seguinte.

9.2.2- No valor de **R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pelas seguintes impropriedades:

9.2.2.1- pela ausência de remessa a esta Corte de Contas, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, violando, com isso, o disposto no art. 1º, § 2º, art. 4º, art. 5º, da Lei Complementar n. 101/2000 c/c o art. 165, incisos e § 2º, da Constituição Federal c/c o art. 2º, inciso V, art. 6º, incisos II, III e IV e o art. 21, da Lei Complementar nº 06/91; e,

9.2.2.2- pela utilização de modalidade licitatória diversa daquela prevista na Lei de Licitações, violando o disposto no artigo 23, da Lei n. 8.666/93.

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor das multas deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

9.4- Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento do valor das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02.

9.5- Fazer, ao responsável à época (Senhor Mário José Chagas Paulain) e ao atual, as seguintes **determinações**:

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM - SPEDE



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 013/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 013/2013)

Processo TCE nº 2556/2007 (4 Vols.) – fl.03.

9.5.1- Observe os prazos e as determinações previstas na Resolução 07/2002-TCE/AM;

9.5.2- Observe, com maior rigorosidade, o disposto na Lei Complementar n.º 101/2000;

9.5.3- Observe atentamente as determinações constantes na Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 8.666/93;

9.5.4- Observe atentamente o disposto no artigo 49, da Lei Complementar n. 101/2000, disponibilizando as Contas do Poder Executivo no respectivo Poder Legislativo;

9.5.5- Observe atentamente o prazo estabelecido no artigo 51, §1º, I, da Lei Complementar nº 101/2000, para apresentar as Contas do Município ao Poder Executivo da União dentro deste prazo fixado; e,

9.5.6- Observe atentamente os valores lançado no Balanço da Prefeitura Municipal e os valores lançados como despesas no Balanço apresentado pela Câmara Municipal, a fim de evitar possíveis divergências.

9.6- Determinar à Câmara Municipal de Nhamundá que elabore norma disciplinando a concessão de diárias e passagens e a apresentação da documentação comprobatória do deslocamento e dos serviços prestados por meio de Relatório de Viagem (se for o caso), a fim de embasar o correto procedimento de todas as Unidades daquele Município;

9.7- Determinar à próxima Comissão de Inspeção da Prefeitura Municipal de Nhamundá o que segue:

9.7.1- Verifique a situação dos veículos e dos bens imóveis, analisando, inclusive, se houve a aquisição ou a locação dos veículos e se existe o registro legal em cartório dos mencionados bens imóveis;

9.7.2- Verifique se as admissões de pessoal já foram remetidas a esta Corte de Contas, nos termos que dispõe o artigo 259, da Resolução n. 04/2002 – TCE/AM, c/c o artigo 1º, da Resolução n. 04/1996

9.8- Fazer a devida comunicação ao INSS quanto à ausência de recolhimento do montante de R\$ 39.005,92 (Trinta e nove mil, cinco reais e noventa e dois centavos), referente às contribuições retida na folha de pagamento;

9.9- Fazer a devida comunicação ao Tribunal de Contas da União quanto à ausência das Prestações de Contas, referentes aos Convênios Federais do DNIT – no valor de R\$ 615.778,59;

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM - SPEDE



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 013/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 013/2013)

Processo TCE nº 2556/2007 (4 Vols.) – fl.04.

9.10- Por maioria, nos termos do voto do Relator, aplicar multa no valor de **R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos)**, com fulcro no artigo 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pela inobservância dos prazos regulamentares para remessa ao Tribunal, por meio informatizado dos registros analíticos, **em TODOS os meses do exercício de 2006**;

9.11- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das penalidades impostas, com **comprovação** perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor das multas deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro quanto a não aplicação de multas pelo atraso do ACP.

10-Ata: 39ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 02 de outubro de 2013.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Lúcio Alberto de Lima Albuquerque (Presidente, em sessão), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1-Declaração de Impedimento: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho (art. 65 do Regimento Interno).

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE
Conselheiro-Presidente, em sessão

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro Convocado e Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM - SPEDE